



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
EIXO TECNOLÓGICO – MEIO AMBIENTE E SAÚDE
CURSO TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE
SAÚDE
MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA-MEDIOTEC**

**TERESINA – PI
JUNHO DE 2017**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
1. JUSTIFICATIVA	Erro! Indicador não definido.
2. OBJETIVOS	Erro! Indicador não definido.
2.1 Objetivo Geral.....	Erro! Indicador não definido.
2.2 Objetivos Específicos	Erro! Indicador não definido.
3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	Erro! Indicador não definido.
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	Erro! Indicador não definido.
5.1 Componentes Curriculares de cada etapa	Erro! Indicador não definido.
5.2 Ementas e Bibliografia Básica e Complementar	Erro! Indicador não definido.
5.3 Orientações metodológicas	Erro! Indicador não definido.
5.4 Prática Profissional	Erro! Indicador não definido.
5.5 Estágio Profissional Supervisionado	Erro! Indicador não definido.
6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	Erro! Indicador não definido.
7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
8. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	Erro! Indicador não definido.
9. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO.....	Erro! Indicador não definido.
10. CERTIFICADOS E DIPLOMAS EXPEDIDOS A SEREM EMITIDOS	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição Proponente	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
Nome do Curso	CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CONCOMITANTE – MODALIDADE MEDIOTEC.
Eixo Tecnológico	MEIO AMBIENTE E SAÚDE
Sigla (se houver):	IFPI
Endereço:	Praça da Liberdade, 1597 – Centro
Endereço postal (CEP):	64.000-060
Responsável pela Instituição	PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA
Responsável pelo projeto	LOUISE TATIANA MENDES RODRIGUES
Nº de telefone fixo:	(86) 3215 5200
Nº de telefone celular:	(86) 9409-3055
Nº de fax:	(86) 3215.5211
Endereço eletrônico:	
Sítio Internet:	www.ifpi.edu.br
Características do Curso	
Nível	Básico () Técnico (X) Tecnológico ()
Modalidade	Presencial () a Distância – (Mediotec) (X)
Período de Duração	24 meses
Parceria com outras instituições	Sim (X) Não ()
Carga Horária sem estágio Supervisionado Obrigatório	1290h
Estágio Supervisionado	Não obrigatorio
Carga Horária Total	1290
Nº Vagas	50
Regime de Matrícula	Modular
Periodicidade letiva	Semestral
Turno de Funcionamento	Diurno para as aulas presenciais
Vagas por Turma	50
Número de Turmas	01
Número de Polos	01
Município	OEIRAS-PI

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde, na forma Concomitante, na modalidade MEDIOTECH, com momentos presenciais, pertencente ao Eixo Tecnológico de Meio Ambiente e Saúde constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

O MEDIOTECH é uma iniciativa do Ministério da Educação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para oferta de formação técnica e profissional para o jovem. O programa será executado em parceria com instituições públicas e privadas de ensino técnico, com vistas a garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho. Será focado em jovens do Ensino Médio para que, ao fim do período de estudos, ele tenha uma dupla certificação: nível médio e nível técnico.

Este Projeto Pedagógico de Curso fundamenta-se nas bases legais, nos princípios norteadores e níveis de ensino previstos na Lei Nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação), no Decreto Nº 5.154/ 2004 e a nº 13.415/2017, bem como nos referenciais curriculares e demais decretos e resoluções que normatizam a Educação Profissional de Nível Médio no sistema educacional brasileiro.

Assim, este documento considera também como marco orientador da proposta aqui apresentada a identidade institucional e as políticas de expansão do IFPI, uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com outras e diversas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, configura-se em uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa, numa perspectiva progressiva e transformadora, nos princípios norteadores da modalidade da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitados nos Preceitos Constitucionais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/ 96, no Decreto nº 5.154/2004, bem como nos pareceres e nas resoluções que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Sistema Educacional Brasileiro e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional.

Estão presentes, também, como marco orientador dessa proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico Institucional, traduzidas nos objetivos desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do IFPI que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

A Educação Profissional Técnica concomitante ao ensino médio - na modalidade Mediotec- tem como proposta o fortalecimento das políticas de educação profissional mediante a convergência das ações de fomento e execução, de produção pedagógica e de assistência técnica, para a oferta da educação profissional técnica de nível médio pela Rede Federal de Execução Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), articulada de forma concomitante, mediante convênios de intercomplementariedade, com as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), buscando parceria com o setor produtivo, formando técnicos de nível médio para atuar em diferentes processos de trabalho relacionados aos eixos tecnológicos, com especificidade em uma habilitação técnica reconhecida pelos órgãos oficiais e profissionais. Dessa forma, este curso técnico do IFPI está estruturado de modo a garantir padrões de qualidade correlatos aos demais cursos técnicos quanto ao tempo de duração, à articulação entre as bases científicas e tecnológicas, às atividades de prática profissional, bem como à organização curricular com núcleos politécnicos comuns.

Essa forma de atuar na educação profissional técnica objetiva romper com a dicotomia entre educação básica e formação técnica, possibilitando resgatar a concepção da formação humana em sua totalidade, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer a partir do princípio da politecnia, bem como garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda relacionando com as demandas do mundo do trabalho e renda. Assim, visa propiciar uma formação humana e integral, baseada no trabalho como princípio educativo, em que a formação profissionalizante não tenha uma finalidade em si nem seja orientada pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitui em uma

possibilidade para a construção dos projetos de vida dos educandos (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005).

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta do curso em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e com as Diretrizes Curriculares propostas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Em todos os elementos, estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

1. JUSTIFICATIVA

A política de saúde no Brasil, tendo a Reforma Sanitária como referência doutrinária e o Sistema Único de Saúde (SUS) como estratégia de reorientação setorial e institucional, fornece indicações importantes para a ordenação da formação dos trabalhadores do setor, apontando a necessidade de considerar o processo de trabalho em saúde como eixo estruturante para a organização dos processos de educação profissional.

Estas indicações estão expressas na Constituição Federal de 1988 e nos dispositivos legais infraconstitucionais (Leis 8080/90 e 8142/90) que definem um conceito ampliado de saúde, para além da dimensão setorial dos serviços, e um conjunto de princípios balizadores, centrados na integralidade, universalidade e equidade da atenção, bem como no controle social e na descentralização da gestão, com comando único em cada esfera de governo. Assim, “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Artigo 196 da Constituição Federal).

Ao garantir a universalidade do acesso, a Constituição Federal intensificou a demanda aos serviços de saúde, tradicionalmente centrados no eixo hospitalar. Buscando criar estratégias para reverter este modelo e atender à demanda crescente, várias experiências, em nível local, começaram a surgir priorizando ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, incorporando, em muitas delas, as contribuições da própria população, por meio de sua cultura no “saber-fazer” os cuidados com sua própria saúde. Estas experiências influenciaram a concepção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (1991) e posteriormente do Programa de Saúde da Família (1994).

Nesse cenário, o Agente Comunitário de Saúde desempenha um papel de mediador social, sendo considerado “um elo entre os objetivos das políticas sociais do Estado e os objetivos próprios ao modo de vida da comunidade; entre as necessidades de saúde e outros tipos de necessidades das pessoas; entre a capacidade de auto-ajuda, própria da comunidade, e os direitos sociais garantidos pelo Estado.” (Nogueira et al, 2000).

Assim, para fortalecer e aumentar a qualidade de resposta do setor saúde às demandas da população, o Ministério da Saúde tem investido fortemente na política de

educação profissional, articulando estratégias que envolvem o aumento da escolaridade, a profissionalização e a educação permanente dos trabalhadores do setor.

Em resposta aos investimentos feitos pelo Ministério da Saúde, a demanda por agentes comunitários de saúde cresceu de forma acelerada. Isso é facilmente verificado quando se examina os editais de concursos públicos de prefeituras como a de diversas cidades e que tem a responsabilidade de promover a saúde da população por meio do programa saúde da família onde esse profissional está inserido. Ocorre que a maioria daqueles que buscam concorrer ao cargo de ACS, não tem formação adequada em conformidade com a lei 11.350 de 2006. Isso também é evidenciado pela busca das prefeituras por cursos de qualificação profissional para seu quadro permanente de funcionários do setor.

Nesse contexto, o curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde ofertado pelo Instituto Federal do Piauí - Campus Oeiras- na modalidade Mediotec, buscará suprir a necessidade de formação adequada dos cidadãos que almejam a profissão de ACS, proporcionando uma maior qualidade nos serviços prestados à população, integrando as unidades básicas de saúde e a comunidade onde estão inseridos.

Ressalta-se a importância desse curso, principalmente na cidade de Oeiras e municípios adjacentes, visto que não existe instituição formadora de técnicos de nível médio neste setor de saúde, o que torna a tarefa do IFPI primordial na formação de cidadãos capacitados para atuar na promoção da saúde e na prevenção de agravos, potencializando suas capacidades de aumentar o vínculo entre as equipes de saúde, as famílias e a comunidade.

O IFPI, com missão de promover uma educação de excelência atrelada às demandas sociais, tem como imperativo ético e político o de se instituir com qualidade para impulsionar o desenvolvimento de conhecimentos e orientações técnicas da comunidade.

Enquanto instituição comprometida com a Educação em diversos níveis, no âmbito de suas atribuições e responsabilidade social no campo do ensino, pesquisa e extensão apresenta esta proposta do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, na modalidade a Mediotec.

Neste sentido, o IFPI estará comprometido com sua função social, considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, na promoção de cursos com qualidade e na inserção de jovens e adultos aos programas de formação profissional de forma

igualitária, para que possam desempenhar suas funções profissionais de forma satisfatória e com responsabilidade.

Como instituição voltada para o ensino, pesquisa e extensão, o Instituto Federal do Piauí reafirma seu compromisso de participar do processo de desenvolvimento local, regional e nacional, emprestando, assim, sua parcela para a elevação do padrão de qualidade de vida de todas as pessoas, no âmbito da saúde.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Proporcionar formação técnica de nível médio em Agente Comunitário de Saúde, por meio do desenvolvimento de competências, nas quais o profissional desenvolva uma relação dialética com as múltiplas relações sociais existentes, em cuja totalidade insere-se a vida, sendo capaz de atuar junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades.

2.2 Objetivos específicos:

- Atuar na perspectiva de promoção, prevenção e proteção à saúde, orientando e acompanhando famílias e grupos em seus domicílios e os encaminhando aos serviços de saúde;
- Realizar mapeamento e cadastramento de dados sociais, demográficos e de saúde, consolidando e analisando as informações obtidas;
- Participar, com as equipes de saúde e a comunidade, da elaboração, implementação, avaliação e reprogramação do plano de ação local de saúde;
- Participar e mobilizar a população para as reuniões do conselho de saúde;
- Identificar indivíduos ou grupos que demandam cuidados especiais sensibilizando a comunidade para a convivência;
- Trabalhar em equipe nas unidades básicas do Sistema Único de Saúde promovendo a integração entre população atendida e os serviços de atenção básica a saúde;
- Desenvolver ações que busquem a integração entre as equipes de saúde e a população adscrita à Unidade Básica de Saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades;

- Realizar, em conjunto com a equipe, atividades de planejamento e avaliação das ações de saúde no âmbito de descrição da Unidade Básica de Saúde;
- Desenvolver ações de promoção e de proteção e desenvolvimento da cidadania no âmbito social e da saúde;
- Desenvolver, em equipe, ações de promoção da saúde visando a melhoria da qualidade de vida da população, à gestão social das políticas públicas de saúde e o exercício do controle da sociedade sobre o setor Saúde;
- Desenvolver ações de prevenção e monitoramento dirigidas a grupos específicos e a doenças prevalentes, conforme definido no plano de ação da equipe de saúde e nos protocolos de saúde pública;
- Desenvolver ações de prevenção e monitoramento dirigidas às situações de risco ambiental e sanitário para a população, conforme plano de ação da equipe de saúde.

3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O ingresso de alunos ao Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, na modalidade à distância ofertada pelo Mediotec e pelo Instituto Federal do Piauí, acontecerá de forma articulada mediante convênios de intercomplementaridade, com as Redes Públicas Estaduais e Distritais de Educação (RPEDE) no âmbito da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí-SEDUC-PI, buscando parceria com o setor produtivo, para atender prioritariamente aos alunos de 15 a 19 anos regularmente matriculados no Ensino Médio, onde a respectiva Secretaria irá selecionar os alunos conforme o disposto na Lei nº 13.415/17.

4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Orienta e acompanha famílias e grupos em seus domicílios. Identifica e intervém nos múltiplos determinantes e condicionantes do processo saúde e doença, para a promoção da saúde e redução de riscos à saúde da coletividade.

Realiza mapeamento e cadastramento de dados sociais, demográficos e de saúde. Desenvolve suas atividades norteadas pelas diretrizes, princípios e estrutura organizacional do Sistema Único de Saúde. Promove comunicação entre equipe multidisciplinar, unidade de saúde, autoridades e comunidade.

O Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde visa preparar profissionais para atuar como técnicos de nível médio junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades.

Este profissional atua no Sistema Único de Saúde no campo de interface intersetorial da assistência social, educação e meio ambiente; desenvolvendo ações de promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de processos educativos em saúde, privilegiando o acesso às ações e serviços de informação e promoção social e de proteção e desenvolvimento da cidadania, no âmbito social e da saúde, auxiliando e/ou desenvolvendo atividades como:

- Trabalhos em equipe de saúde;
- Promoção a integração entre a equipe de saúde e a população de referência adscrita à unidade básica de saúde;
- Orientação de indivíduos, famílias e grupos sociais quanto aos fluxos, rotinas e ações desenvolvidas no âmbito da atenção básica de saúde;
- Realização de ações de coleta de dados e registro das informações pertinentes ao trabalho desenvolvido;
- Promoção de estímulos à população para participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações locais de saúde;
- Realização de mapeamento institucional, social e demográfico em sua micro-área de atuação;

- Análise dos riscos sociais e ambientais à saúde da população de sua micro-área de atuação;
- Realização de cadastramento das famílias na sua micro área de atuação e análise dos dados obtidos;
- Realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela população local, das informações obtidas nos levantamentos sócio-epidemiológicos realizados pela equipe de saúde;
- Avaliação e priorização dos problemas de saúde da população de sua micro-área de atuação, segundo critérios estabelecidos pela equipe de saúde e pela população local;
- Elaboração do plano de ação, sua implementação, avaliação e reprogramação permanente junto às equipes de saúde;
- Identificação da relação entre problemas de saúde e condições de vida;
- Implementação de processos de reflexão, junto aos indivíduos, grupos sociais e coletividades, acerca de suas condições de saúde/doença;
- Realização de atividades educativas;
- Orientação à população quanto a medidas de proteção à saúde (alimentação; higiene pessoal; limpeza, acondicionamento e destino do lixo, cuidados com a água e dejetos, prevenção de acidentes domésticos e outras);
- Promoção e implementação de ações intersetoriais;
- Orientação à família e/ou portador de necessidades especiais quanto às medidas facilitadoras para a sua inclusão social;
- Participação e mobilização da população para participar de reuniões do conselho local de saúde e de outros conselhos locais;
- Identificação das condições ambientais e sanitárias que constituem risco para a saúde de indivíduos e populações;
- Identificação, na micro-área, as doenças relacionadas aos problemas sanitários e ambientais locais;
- Orientação dos indivíduos e grupos quanto a medidas de redução ou prevenção de riscos ambientais e sanitários em saúde;
- Orientação dos moradores e famílias quanto aos cuidados relacionados ao ambiente domiciliar e peridomiciliar;

- Realização de acompanhamento da micro-área, utilizando indicadores definidos pela equipe de saúde;
- Identificação de indivíduos ou grupos que demandam cuidados especiais de saúde;
- Orientação à famílias e grupos na identificação de sinais indicativos de problemas de saúde;
- Comunicação à unidade básica de saúde da respectiva micro-área os casos existentes de indivíduos ou grupos que necessitam de cuidados especiais;
- Encaminhamento para a unidade básica de saúde as demandas de atendimento identificadas na população da microárea, segundo critérios estabelecidos pela equipe de saúde;
- Sensibilização dos familiares e seu grupo social para a convivência com os indivíduos que necessitam de cuidados especiais;
- Organização dos registros de acompanhamentos domiciliares, conforme estabelecido pela unida básica de saúde;
- Orientação e acompanhamento das gestantes e seus familiares nos cuidados relativos à gestação, parto, puerpério, aleitamento materno e cuidados com o recém nascido;
- Orientação das famílias e grupos quanto à saúde sexual e reprodutiva;
- Acompanhamento do crescimento e o desenvolvimento infantil e a situação vacinal das crianças, conforme planejamento da equipe de saúde;
- Orientação dos indivíduos e famílias sobre as medidas de prevenção e controle das doenças transmissíveis e não transmissíveis.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde, na modalidade à distância Mediotec, com momentos presenciais, sendo 50% da carga horária distância e 50% presencial, observa as determinações legais presentes na Lei n. 9.394/96, alterada pela Lei n. 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político-Pedagógico do IFPI.

Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 04/2012, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012 e instituído pela Portaria Ministerial nº 870/2008. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

Para atender à especificidade dessa oferta para a formação profissional, o regime do presente curso é modular, com a organização curricular composta de **19 (dezenove) componentes curriculares** contemplando conhecimentos comuns ao Eixo Tecnológico de Meio Ambiente e Saúde, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

5.1 Componentes curriculares de cada etapa

A matriz curricular do curso está organizada por módulos, com uma carga-horária total de 1290 horas, sendo 50% da carga horária distância e 50% presencial.

Os componentes curriculares estão articulados entre si, fundamentados nos conceitos de interdisciplinaridade e de contextualização. As disciplinas que compõem o curso estão orientadas pelos perfis profissionais de conclusão estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso, ensejando a formação integrada que articula ciência, trabalho, cultura e tecnologia, assim como a aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos do eixo tecnológico e da habilitação específica, contribuindo para uma sólida formação técnico-humanística dos cursistas.

COMPONENTES CURRICULARES

		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA			
		CURSO TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
EIXO TECNOLÓGICO		AMBIENTE, SAÚDE			
LDBEN Nº 9.394, Nº 11.741/08 e nº 13.415/17 ; Decreto nº 5154/04; Decreto nº 5840/06; Resolução nº 04/99 (Art. 5º revogado); Resolução nº 1/05 e Resolução nº 1/2009 e Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005 ,	MÓDULO I: Educação para a saúde	Disciplinas	Carga Horária Total	Presencial	A distância
		Fundamentos em EAD	45	30	30
		Promoção da Saúde, Educação em Saúde	60	30	30
		Introducao ao SUS I	60	30	30
		Saúde Bucal	60	30	30
		Primeiros Socorros	60	30	30
		Planejamento, Programação e Avaliação em	60	30	30
	SUBTOTAL C.H.		345 h		
	MÓDULO II	Vigilância em saúde: epidemiologia, sanitaria e ambiental	75	35	40
		Fundamentos do processo Saúde-doença	75	30	40
		Introdução ao SUS II	75	30	40
		Políticas assistenciais de saúde	75	30	40
		SUBTOTAL C.H.		300 h	
	MÓDULO III: T Seguranca	Saúde e Seguranca no Trabalho	60	30	30
		Preveno de Doenças e Promoo da Saúde de Pessoas com Deficiência.	60	30	30
		Preveno de Doenças e Promoo da Saúde de Pessoas com Doenças crnicas.	75	30	40
		Preveno de Doenças e Promoo da Saúde do Adulto e Idoso	75	30	40
		Promoo da saúde mental	75	30	40
	SUBTOTAL C.H.		345 h		
	MÓDULO IV	Preveno de Doenças e Promoo da Saúde da Criança	75	35	40
		Preveno de DSTs	75	35	40
		Preveno de Doenças e Promoo da Saúde da Mulher	75	35	40
		Preveno de Doenças e Promoo da Saúde do Adolescente	75	35	40
SUBTOTAL C.H.		300h			
CARGA HORÁRIA TOTAL		1.290 h			

5.2. EMENTAS – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	I - Educação para a saúde	
DISCIPLINA: Fundamentos em EAD		CH: 45 h
COMPETÊNCIA(S):		
EMENTA:		
BIBLIOGRAFIA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FIGUEIREDO, Q. M.; LANA, R. L. Profissões da Saúde: Bases Éticas e Legais. São Paulo: Revinter, 2006, 651p. 2. FORTES, P. A. C. Ética e Saúde. São Paulo: EPU, 1998, 119p. 3. OLIVEIRA, M. A. Ética e Sociabilidade. São Paulo: Loyola, 2003, 290p. 		

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	I - Educação para a saúde	
DISCIPLINA: Promoção da Saúde e a Educação em Saúde		CH: 75 h
COMPETÊNCIA(S):		

Compreende as políticas públicas de promoção da saúde. Adota medidas promocionais e assistenciais, preventivas e educativas no âmbito da saúde.	
EMENTA:	
Processo saúde-doença. Promoção da saúde. Cultura popular e processos educativos. Aprender e ensinar em educação popular.	
BIBLIOGRAFIA:	
<ol style="list-style-type: none"> BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A educação de Produz Saúde. MS/SGTES - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2005, 16p. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A educação permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer. MS/SGTES - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2005, 36p. CARVALHO, S. R. Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: Sujeito e Mudança. São Paulo: Hucitec, 2005, 174p. 	
	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p>
	
EMENTÁRIO	
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
MÓDULO:	IV - Educação para a saúde
DISCIPLINA: Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde da Criança	CH: 75h
COMPETÊNCIA(S):	
Identifica doenças e agravos relacionados a crianças no plano de ação das equipes de saúde e nos protocolos de saúde pública. Valoriza ações e atitudes proativas da equipe de trabalho, no encaminhamento de soluções alternativas frente a situações adversas.	
EMENTA:	
Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Doenças prevalentes da infância. Criança na fase escolar. Vacina e imunização. Avaliação nutricional.	
BIBLIOGRAFIA:	

1. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Agenda da Criança**. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2009, 225p.
2. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil**. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2005, 80p.
3. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderneta de Saúde da Criança - Passaporte da cidadania**. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2009, 88p.
4. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2.^a ed. Atualizada. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2005, 114p.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	I V- Educação para a saúde	
DISCIPLINA:	Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde do Adolescente	CH: 75 h
COMPETÊNCIA(S):		
Identifica doenças e agravos relacionados a adolescentes no plano de ação das equipes de saúde e nos protocolos de saúde pública. Valoriza ações e atitudes proativas da equipe de trabalho, no encaminhamento de soluções alternativas frente a situações adversas.		
EMENTA:		
Características físicas e necessidades, psicológicas e sociais do adolescente. Crescimento e desenvolvimento do adolescente. Apoio familiar e social. Prevenção à gravidez precoce. Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS. Drogas e a Violência.		
BIBLIOGRAFIA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BORGES, A.L.V.; FUJIMORI, E. Enfermagem e a Saúde do Adolescente. São Paulo: Manole, 2009, 586p. 2. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A saúde de adolescentes e jovens: uma metodologia de auto-aprendizagem para equipes de atenção básica de saúde: módulo. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2007, 168p. 3. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estatuto da Criança e do Adolescente. 2.^a ed. Atualizada. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2005, 114p. 		

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	I	
DISCIPLINA: Prevenção e Primeiros Socorros	CH: 60 h	
COMPETÊNCIA(S): Analisa os protocolos do atendimento de urgência e emergência. Valoriza ações e atitudes proativas da equipe de trabalho, no encaminhamento de soluções alternativas frente a situações adversas.		
EMENTA: Atribuições do profissional de saúde no suporte básico de vida. Atendimento de urgência e emergência em traumas, ferimentos, queimaduras, afogamento, choque elétrico, desmaios, crise convulsiva, estado de choque, intoxicação, envenenamento e corpos estranhos no organismo.		
BIBLIOGRAFIA: 1. AUTORES DIVERSOS. Primeiros Socorros em Casa e na Escola . São Paulo: Yendis, 2009, 104p. 2. KAWAMOTO, E. E. Acidentes: Como Socorrer e Prevenir: Primeiros Socorros . São Paulo: EPU Ed., 2002, 110p. 3. SOUSA, L.M.M. Primeiros Socorros: Condutas Técnicas . São Paulo: Látria, 2011, 176p.		

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	II	
DISCIPLINA: Introdução ao SUS I	CH: 60 h	

<p>COMPETÊNCIA(S):</p> <p>Conhece as relações entre os aspectos técnicos, sociais, econômicos, legais e éticos da sua profissão. Atua social e profissional de forma ética e responsável. Compreende as Políticas Públicas de Saúde no contexto do trabalho de forma que estas subsidiem as ações e os serviços de acordo com o conceito ampliado da saúde, os princípios e as diretrizes preconizadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Conhece a organização e funcionamento do sistema de saúde vigente no país. Possui visão</p>
<p>EMENTA:</p> <p>Políticas Publicas de Saude no Brasil. Organização do Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
<p>BIBLIOGRAFIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A educação permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer. MS/SGTES - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2005, 36p. 2. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Saúde no Brasil – Estatísticas Essenciais 1999-2000. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2002, 52p. 3. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Avaliação de Tecnologias em Saúde: ferramentas para a gestão do SUS. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2009, 110p. 4. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. O SUS no seu município: garantindo saúde para todos. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2009, 46p.

	<p align="center">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p>	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	II	
DISCIPLINA:	Introdução ao SUS II	CH: 60 h
<p>COMPETÊNCIA(S):</p> <p>Compreende as Políticas Públicas de Saúde no contexto do trabalho de forma que estas subsidiem as ações e os serviços de acordo com o conceito ampliado da saúde, os princípios e as diretrizes preconizadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Conhece a organização e funcionamento do sistema de saúde vigente no país. Possui visão contextualizada da saúde sob os aspectos psicológicos, econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais.</p>		
<p>EMENTA:</p> <p>Modelos assistenciais de saúde no Brasil.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA:</p>		

5. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A educação permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer. MS/SGTES - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, 2005, 36p.
6. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Saúde no Brasil – Estatísticas Essenciais 1999-2000. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2002, 52p.
7. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Avaliação de Tecnologias em Saúde: ferramentas para a gestão do SUS. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2009, 110p.
8. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. O SUS no seu município: garantindo saúde para todos. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2009, 46p.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA		
EMENTÁRIO			
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
MÓDULO:	IV		
DISCIPLINA:	Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde da Mulher	CH:	75 h
COMPETÊNCIA(S):			
Identifica doenças e agravos relacionados à mulher no plano de ação das equipes de saúde e nos protocolos de saúde pública. Valoriza ações e atitudes proativas da equipe de trabalho, no encaminhamento de soluções alternativas frente a situações adversas.			
EMENTA:			
Saúde sexual e reprodutiva. Direitos sexuais e reprodutivos. Ciclos gravídico-puerperais e no climatério. Cartão da gestante. Aleitamento materno. Desmame. Métodos contraceptivos e controle de natalidade.			
BIBLIOGRAFIA:			
1. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2010, 92p.			
2. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assédio: violência e sofrimento no ambiente de trabalho: assédio moral. MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2009, 36p.			
3. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assédio: violência e sofrimento no ambiente de trabalho: assédio sexual MS/Secretaria de Atenção a Saude/SAS, 2009, 36p.			
4. RUDIGER DAHLKE; MARGIT DAHLKE; VOLKER ZAHN. A saúde da mulher. São Paulo: Cultrix, 2005, 397p.			

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	III	
DISCIPLINA: Prevenção de doenças e Promoção da Saúde do Adulto e Idoso	CH: 75 h	
COMPETÊNCIA(S):		
<p>Identifica doenças e agravos relacionados a adultos no plano de ação das equipes de saúde e nos protocolos de saúde pública. Valoriza ações e atitudes proativas da equipe de trabalho, no encaminhamento de soluções alternativas frente a situações adversas.</p>		
EMENTA:		
<p>Características físicas, psicológicas e sociais do adulto. Programa Nacional de Saúde do Homem. Assistência e internação domiciliar. Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais do idoso. Estatuto do idoso. Programa Nacional de Saúde do Idoso. Prevenção de acidentes e doenças prevalentes. Redes de apoio familiar e social.</p>		
BIBLIOGRAFIA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABREU, W. C. Saúde, Doença e Diversidade Cultural. São Paulo: Instituto Piaget, 2003. 242p. 2. ALVES, J.G.B.; SAMPAIO, M.C. Prevenção de Doenças do Adulto na Infância e na Adolescência. São Paulo: Medbook, 2007, 288p. 3. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dengue Diagnóstico e Manejo Clínico – Adulto e Criança. MS/Secretaria de Atenção a Saúde/SAS, 2007, 28p. 4. SENAC. Saúde e Prevenção de Doenças. São Paulo: SENAC, 2009. 175p. 		

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	II	
DISCIPLINA: V Vigilância em saúde: epidemiologia, sanitária e ambiental	CH: 75h	
COMPETÊNCIA(S):		

<p>Conhece ações de prevenção e monitoramento dirigidas às situações de risco ambiental, social e sanitário para a população, baseadas no plano de ação da equipe de saúde. Identifica as ações de prevenção de riscos sanitários e recuperação da saúde, visando a melhoria da qualidade de vida da população. Identifica e estabelece a relação entre as ações que buscam a integração entre as equipes de saúde e a população adstrita à unidade básica de saúde.</p>
<p>EMENTA:</p>
<p>Ambiente saudável. Vigilância em saúde. Saneamento Ambiental. Medidas de prevenção de riscos ambientais e sanitários. Doenças prevalentes. Transmissão de doenças. Prevenção individual e coletiva. Doenças de notificação compulsória. Risco ambiental. Prevenção de acidentes domésticos.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA:</p>
<ol style="list-style-type: none"> BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A construção de vidas mais saudáveis. MS/Secretaria de Atenção a Saúde/SAS, 2002, 16p. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Oficinas de Educação em Saúde e Comunicação. Brasília: MS/FUNASA, 2001. 80p. SILVA, R. C. Metodologias Participativas para Trabalhos de Promoção de Saúde e Cidadania. São Paulo: VectorPro, 2002, 301p.

	<p style="text-align: center;">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p>	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	III	
DISCIPLINA: Saúde e Segurança no Trabalho	CH: 60h	
COMPETÊNCIA(S):		
Identifica as doenças relacionadas ao ambiente de trabalho, assim como as respectivas ações preventivas. Identifica as ações do profissional de saúde no suporte básico de vida.		
EMENTA:		
Importância do trabalho na sociedade. Automotivação no trabalho. Principais determinações da legislação trabalhista. Doenças e agravos relacionados ao trabalho. Normas de segurança em relação a acidentes de trabalho. Normas de biossegurança na realização das ações de saúde.		
BIBLIOGRAFIA:		

1. De CICCIO; FANTAZZINI, M.L. **Introdução à Engenharia de Segurança de Sistemas**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2003.
2. _____ **Prevenção e Controle de Perdas**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005.
3. FILHO, José Alconso da Silva. **Técnicas de Segurança Industrial**. São Paulo: Hemus, 2001.
4. HENRIQUE, Hernan; BAUER, Gregório. **Prevenção de Perdas**. São Paulo: ABPA, 2001
5. SOTO, José Manuel Osvaldo Gana; SAAD, Irene Ferreira de Souza Duarte; FANTAZZINI, Mário Luiz. **Riscos Químicos**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2002.
6. SSMTb/MTb, **Portarias nº-12 de 06/06/1983 e Portaria nº 24 de 29/12/1994** da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho/Ministério do Trabalho. Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br/temas/SegSau/legislacao/Portarias/Normas>> Acesso em: 22 junho. 2010.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	III - Trabalho, Saúde e Segurança	
DISCIPLINA: A sociedade em que Vivemos		CH: 60 h
COMPETÊNCIA(S):		
Respeita valores, culturas e individualidades ao pensar e propor as práticas de saúde.		
EMENTA:		
Formação do povo brasileiro. Sociedade civil contemporânea. Participação e mobilização social. Direitos humanos. Cultura popular e práticas populares no cuidado à saúde.		
BIBLIOGRAFIA:		

1. ACSELRAD, Maria. **Patrimônio Vivo – o impacto das políticas de patrimonialização de pessoas e grupos culturais na transmissão de saberes populares e tradicionais: estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas.** No prelo.
2. CARVALHO, José Jorge de (1992b). “As Duas Faces da Tradição - O Clássico e o Popular na Modernidade Latino-Americana”. Em **Série Antropologia**. ICS/DAN/UnB: Brasília, 1991. Disponível em <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie109empdf.pdf>. Data de acesso: 22/Nov./2010.
3. CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
4. CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Patrimônio imaterial no Brasil** / Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: Unesco, Educarte, 2008. 199 p. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884por.pdf> >. Data de Acesso: 29/Nov./2010.
5. CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. “Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica”. Em **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 147, 2001. p. 69-78.
6. CRAPANZANO, Vincent. The Postmodern Crisis: Discourse, Parody, Memory. **Cultural Anthropology**. Durham. vol. 6, nº. 4, 1991.
7. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
8. GRAMSCI, A. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
9. LANGDON, J. Representação de doenças e itinerário terapêutico dos sionas da Amazônia Colombiana. In: AS NTOS, Ricardo; COIMBRA, Carlos (org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
10. ROMERO, Silvio. **Contos Populares do Brasil**. São Paulo: Ed. Landy, 1885
11. SAMPAIO, Maria Ruth Amaral; LEMOS, Carlos A. C. **Renata e Fábio Prado - A casa e a cidade**. São Paulo. Ed. do Museu da Casa Brasileira, 2006.
12. VANSINA, J. “A tradição oral e sua metodologia”, In. KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África**, volume 1- metodologia e pré-história na África. São Paulo: Ática; [Paris]: Unesco, 1982.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	II	
DISCIPLINA: POLITICAS ASSISTENCIAIS DE SAUDE E AGESTES COMUNITARIOS.	CH: 60 h	
COMPETÊNCIA(S):		

<p>Conhece a Legislação e as Normas Técnicas da sua área de atuação. Conhece os princípios de realização de trabalho cooperativos. Conhece os tratamentos alternativos de saúde. Identifica a importância do acompanhamento da família no domicílio como base para o desenvolvimento de suas ações. Possui visão humanística, crítica e consciente sob o impacto de sua atuação profissional na natureza e sociedade. É pró-ativo, inovador e eficiente na solução dos problemas. Atua em equipe multidisciplinar de forma democrática, cooperativa, solitária e pertinente com as políticas e ações de saúde.</p>
EMENTA:
Características da profissão. Legislação pertinente à área de atuação. Possibilidades de atuação no mercado de trabalho.
BIBLIOGRAFIA:
<ol style="list-style-type: none"> BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual do Agente Comunitário de Saúde. Brasília: MS/FUNASA, 1991. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Brasília: MS/FUNASA, 1994. NISHIDA, L.A.R.; SILVA, M. S.; ALVES, M. A. Manual do Agente Comunitário de Saúde. São Paulo: DCL, 2010, 272p.

	<p align="center">MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</p>	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO SUBSEQÜENTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	III - Trabalho, Saúde e Segurança	
DISCIPLINA: Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde de Pessoas com deficiência		CH: 75h
COMPETÊNCIA(S):		
Identifica doenças e agravos relacionados à pessoas com deficiência e com transtorno mental definido, no plano de ação das equipes de saúde e nos protocolos de saúde pública. Valoriza ações e atitudes proativas da equipe de trabalho, no encaminhamento de soluções alternativas frente a situações adversas.		
EMENTA:		
Pessoas com deficiência e portador de sofrimento mental. Proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e o modelo assistencial em saúde mental.		
BIBLIOGRAFIA:		

1. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde - SUS.** MS/Secretaria de Atenção a Saúde/SAS, 2008, 16p.
2. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS.** MS/Secretaria de Atenção a Saúde/SAS, 2009, 36p.
3. RIBEIRO, L.L.G.. **Manual de Direitos da Pessoa com Deficiência.** São Paulo: Verbatim, 2010, 128p.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	II	
DISCIPLINA: Planejamento, Programação e Avaliação em Saúde		CH: 75 h
COMPETÊNCIA(S):		
Planeja e avalia ações de saúde no âmbito de adstrição da unidade básica de saúde. Avalia as metodologias de educação em saúde. Avalia os hábitos de vida saudáveis.		
EMENTA:		
Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Condições de risco social. Mapeamento sócio-político e ambiental. Indicadores de saúde. Avaliação em saúde.		
BIBLIOGRAFIA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica. Organização Pan- Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, 116p. 2. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde: documento base. Brasília: MS/FUNASA, 2007. 70p 3. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes para Projetos Físicos de Estabelecimentos de Saúde, Água, Esgotamento Sanitário e Melhorias Sanitárias em Áreas Indígenas. Brasília: MS/FUNASA, 2002. 46p. 4. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Orientações técnicas para apresentação de projetos de resíduos sólidos urbanos. Brasília: MS/FUNASA, 2006. 46p 5. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa de Pesquisa em Saúde e Saneamento. Brasília: MS/FUNASA, 2010. 52p. 		

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	I	
DISCIPLINA: Saúde Bucal	CH: 60 h	
COMPETÊNCIA(S):		
Avalia os hábitos de vida saudáveis.		
EMENTA:		
Estudo da educação com um olhar voltado para funções sociais, culturais e econômicas da comunidade. Programas de controle higiênico-sanitário. Estudo de ações educativas visando à promoção da saúde bucal. Políticas Públicas de educação e saúde bucal. Educação, saúde e cidadania.		
BIBLIOGRAFIA		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABOPREV. Promoção de Saúde Bucal. 3ª ed. São Paulo: Artes Médicas, 2003. 2. BUZALAF MAR. Fluoretos e saúde bucal. São Paulo: Santos, 2008. 316p. 3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde; 2009. 56 p. Disponível em: http://cfo.org.br/wpcontent/uploads/2010/02/livro_guia_fluoretos.pdf 4. CHAVES MM. Odontologia Social. 3ª ed. Rio de Janeiro: Artes Médicas, 1986. 448p. 5. GARBIN AJÍ et al. Manual – Biossegurança em Odontologia. UNESP – Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 2007. 20p. 6. LASCALA NT. Prevenção na Clínica Odontológica: promoção da Saúde Bucal. Artes Médicas; 1997. 292p. 7. MURRAY JJ. Bases para a prevenção de doenças bucais, Organização Mundial de Saúde (OMS). São Paulo: Editora Santos; 1992. 		

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRI		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	II	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO PROCESSO SAÚDE DOENÇA		CH: 75 h
COMPETÊNCIA(S):		
Avalia os hábitos de vida saudáveis.		
EMENTA:		
<p>Estudo do conceito de saúde e do processo saúde-doença na coletividade analisando os determinantes e condicionantes econômicos, sociais e políticos para a formulação de políticas de saúde. Modelos assistenciais em saúde e a reforma sanitária brasileira – retrospectiva histórica. Sistema Único de Saúde - SUS: princípios e diretrizes. Avanços e desafios para a construção de um modelo de atenção à saúde universal, equânime e integral.</p>		
BIBLIOGRAFIA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. KAWAMOTO, E. E.; et al. Enfermagem Comunitária. EPU, São Paulo, 1995. SOBREIRA, N. R. Enfermagem Comunitária. Ed. Interamericana, RJ.1981. 2. MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. Avaliação da Política de Saúde no Mato Grosso. SES, Cuiabá, 2a ed. 2000. 3. MELLO, C. G. O Sistema de Saúde em Crise. Ed. Hucitec, São Paulo, 1981. 		

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRI		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	III	
DISCIPLINA: DOENCAS CRONICAS		CH: 75 h
COMPETÊNCIA(S):		
Avalia os hábitos de vida saudáveis.		

EMENTA:
Discute mecanismos das doenças crônicas com ênfase nas doenças cardiovasculares, pulmonares metabólicas, nefrológicas e oncológicas.
BIBLIOGRAFIA:
AIRES, M. M. Fisiologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. BERKOW, Robert (Org.). Manual Merck de Informação Médica. 2. ed. São Paulo: Roca, 2010.
GUIMARÃES, J. L. M.; ROSA, D. D. Rotinas em Oncologia. São Paulo: Artes Médicas, 2008.
GUYTON, A.C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
KASPER, Dennis L.; BRAUNWALD, E. Harrison's. Principles of Internal Medicine Textbook. 17nd ed. Londres: Mcgraw-Hill, 2008.
1.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	III	
DISCIPLINA: Saúde MENTAL		CH: 75 h
COMPETÊNCIA(S):		
Avalia os hábitos de vida saudáveis.		
EMENTA:		
O homem e suas relações. A construção da dimensão pessoal do enfermeiro: auto-estima e auto-imagem. Instrumentos básicos do cuidar: comunicação, observação, criatividade, concepções do trabalho em grupo/equipe, relacionamento interpessoal. Bases das intervenções de saúde mental na prática em saúde.		
BIBLIOGRAFIA:		

ATKINSON LD, MURRAY ME. *Fundamentos de Enfermagem: introdução ao processo de Enfermagem*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1989.

BENJAMIN, A. *A entrevista de ajuda*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CIANCIARULLO, T.I. *Instrumentos básicos para o cuidar - um desafio para a qualidade de assistência*. São Paulo: Atheneu, 1996.

MALDONADO, MT; CANELLA, P. *Recursos de relacionamento para profissionais de saúde*. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2003.

MIRANDA, C. F. *Atendendo o paciente*. Perguntas e respostas para o profissional de saúde. Belo Horizonte, Crescer, 1996.

MIRANDA, C. F. M.; MIRANDA, M. L. *Construindo a relação de ajuda*. 10 Ed. Belo Horizonte, Crescer, 1996.

RODRIGUES, A. R. F. *Enfermagem Psiquiátrica: saúde mental - prevenção e intervenção*. São Paulo. EPU, 1996.

SILVA, M. J. *Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde*. São Paulo. Ed. Gente. 1996.

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI PRÓ-REITORIA DE ENSINO DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
EMENTÁRIO		
CURSO:	TÉCNICO CONCOMITANTE EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	
MÓDULO:	IV	
DISCIPLINA: Prevenção de DST	CH: 75 h	
COMPETÊNCIA(S):		
Avalia os hábitos de vida saudáveis.		
EMENTA:		
<ul style="list-style-type: none"> • Doenças Sexualmente Transmissíveis <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Doenças Infecciosas Associadas <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Dermatoses Genitais não Venéreas <input type="checkbox"/> Programa de Prevenção e Controle das DST 		
BIBLIOGRAFIA:		

Adolescência e AIDS. Experiências e reflexões sobre o tema. **Saber viver**, Brasília, jan. 2004

andrade, S. **Educação de Pares, Educação em Rede: uma abordagem sobre a prevenção das DSTs//HIV/ Sida nas escolas**. Brasília: 2003

AQUINO, Estela M.L.; HEILBORN Maria Luiza.; KNAUTH, Daniela; BOZON, Michel; ALMEIDA, Maria da Conceição; ARAUJO, Jane et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, suppl.2, p.S377-S388, 2003.

ARILHA, Margareth (Org.). **Políticas Públicas de Saúde, Mulheres e DSTs/ AIDS: reajustando o olhar**. Rio de Janeiro: ABIA, 2001. (Coleção ABIA Saúde sexual e Reprodutiva, n.4)

BARBOSA, Regina Maria (Org.). **HIV/AIDS, transmissão Heterossexual e Métodos de Prevenção controlados pelas mulheres**. Rio de Janeiro: ABIA, 2001. ABIA. (Coleção ABIA. Saúde sexual e Reprodutiva, 2)

BARBOSA, Regina; PARKER, Richard (Orgs). **Sexualidades pelo Avesso: direitos, identidades e poder**. Introdução. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.

BASTOS, Francisco Inácio (Org.). **A feminização da Epidemia de AIDS no Brasil: determinantes estruturais e alternativas de enfrentamento**. Rio de Janeiro: ABIA, 2001. (Coleção ABIA. Saúde sexual e Reprodutiva, 3)

BASTOS, Francisco Inácio; KARAN, M.L; MARTINS, S. M. Redução de danos, ética e lei: os danos da política proibicionista e as alternativas compromissadas com a

6. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste Projeto Pedagógico de Curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados a fim de atingir os objetivos propostos para a formação profissional em nível médio. Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos científicos, bem como na especificidade técnica do curso.

Nesse caso, a formação técnica consiste em um conjunto de atividades teórico-práticas investigativas e reflexivas. Desse modo, busca-se uma práxis que não se limite a atividades teóricas, mas que as articule com as práticas necessárias ao cumprimento dos objetivos propostos em todas as etapas, buscando uma vivência da ação educativa e, conseqüentemente, a qualificação profissional.

Por conseguinte, faz-se necessária a adoção de procedimentos metodológicos que possam auxiliar os cursistas nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais.

Para tanto, a metodologia adotada para o curso seguirá o modelo intitulado Ensino Presencial Virtual, inserido numa perspectiva de educação interativa, significativa e flexível, na qual os recursos tecnológicos apresentam-se como suporte alternativo e eficiente. Para a efetivação desse modelo bimodal, o curso será organizado a partir do **Sistema de apoio e de comunicação ao processo ensino-aprendizagem**. Esse sistema de apoio garante a **Interatividade** dos estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

O **Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA** – oferece um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos a distância, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação e reunindo, numa única plataforma, possibilidades de acesso online ao conteúdo de cursos. Oferece, também, diversos recursos de comunicação/interação/construção entre aluno e professor, aluno e tutor, aluno e conteúdo, aluno e aluno.

A plataforma Moodle demonstra ser bastante adequada ao propósito do Curso na modalidade a distância, pois disponibiliza diferentes ferramentas para alunos e formadores. Considerando que a comunicação faz-se muito necessária em AVAs, o Moodle trabalha com as ferramentas diversificadas, podendo ser avaliadas pelo professor quantitativamente e qualitativamente.

Ferramentas interativas como chat, fórum, diários, diálogo, questionário, wiki, dentre outros são trabalhadas no Moodle, possibilitando significativas trocas entre tutor e aluno.

A **webconferência**, como ambiente de ensino e de aprendizagem, não é um novo método didático, constitui-se, sim num novo meio técnico para o ensino. Como todo meio, não possui nenhuma vertente pedagógica intrínseca. A vertente será definida no planejamento de acordo com os objetivos e necessidades pedagógicas do curso e das disciplinas.

À vista disso, o ambiente eletrônico é propagador não somente dos conhecimentos tecnológicos, mas também de aspectos culturais, definindo-se assim, como veículo permanente de apoio às mudanças de paradigmas de aprendizagem, uma vez que a metodologia de ensino do IFPI está baseada numa concepção de aluno e de conhecimento que o entenda como um ser ativo e construtor de seu conhecimento, autônomo e gerenciador do seu tempo de estudo.

Destarte, a metodologia utilizada no curso baseia-se na acepção de Freire (2005), ao afirmar que *ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que ele ocorra*. Como pressuposto legal, ampara-se no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no Capítulo I, Das Disposições Gerais, especificamente no Art. 1º, que exara: *para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos*.

Tal modalidade de educação requer a existência de dois aspectos fundamentais: a interação e a interatividade, que se constituem os elementos mais importantes para garantir a qualidade e eficácia do processo formativo a distância e manter o estudante ativo no processo, além de permitir ao professor e/ou tuto identificar e atender as necessidades individuais dos estudantes.

A Assistência pedagógica aos estudantes: da tutoria

O desenvolvimento da metodologia, prevendo a efetivação da aprendizagem dos cursistas e garantindo a mediação entre professor - conteúdo- aluno, oferece um trabalho com a **Tutoria**, que é a ferramenta de assistência pedagógica fundamental, pois é por meio dela que se garante a interrelação personalizada e contínua do aluno com o

curso, bem como se viabiliza a articulação entre os envolvidos no processo para a consecução dos objetivos propostos, atendendo às especificidades da clientela incorporando como complemento as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs. A interação com o estudante é feita pelo tutor designado sob a supervisão do professor formador, tanto na interação presencial quanto a distância.

Os Materiais Didáticos

Além das mídias virtuais, o aluno recebe material didático impresso elaborado por professores do Instituto Federal do Piauí ou por outras instituições. Esse material é um recurso situado numa dimensão estratégica, em que a escolha e o planejamento de atividades contribuam efetivamente para que o aluno interaja de modo dinâmico com que lhe é proposto. O aluno será incentivado a avançar sempre na direção da mobilização dos conhecimentos adquiridos, ou seja, na transferência de uma situação cotidiana para outra científica.

Os Encontros Presenciais

Os encontros presenciais, com carga horária de 09h/a, acontecem em ambientes de aprendizagem específicos, tais como laboratórios de informática equipados com computadores ligados em rede e à rede mundial de computadores; oficinas; visitas técnicas, dentre outros. Nesses encontros, pretende-se criar uma identidade institucional, propiciando a troca de experiências, integrando alunos e criando condições para o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

As aulas presenciais ocorrerão no polo de apoio presencial, que são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino e responsáveis por oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica aos alunos para que eles possam acompanhar os cursos a distância.

O polo de apoio presencial também pode ser entendido como "local de encontro" onde acontecem os momentos presenciais, o acompanhamento, a orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais obrigatórias.

Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico

No Mediotec é imprescindível oferecer ao educando um acompanhamento psicossocial, com vistas a estimular sua permanência e êxito na formação técnica. Por se tratar de um público jovem (de 15 a 19 anos), é nesta fase que o indivíduo mais necessita de apoio para tomar importantes decisões sobre seu futuro.

Ainda, há que se levar em conta que o público beneficiado desempenhando atividades acadêmicas em mais de um turno para a sua formação escolar. O acréscimo de carga de estudo e de atividades acadêmicas, os conflitos da idade e as condições econômicas e sociais podem ser fatores contribuintes para a evasão desse aluno. Desse modo, as instituições ofertantes dos cursos técnicos devem oferecer um acompanhamento e um suporte pedagógico diferenciado, como, por exemplo, apoio aos estudos individuais e coletivos.

Os apoios psicossocial e pedagógico têm como objetivo o acompanhamento das dificuldades apresentadas pelos alunos, identificando suas necessidades individuais, como reforço escolar presencial, entre outros.

Considerando nesse contexto o IFPI, contará que com a presença de um psicólogo, um pedagogo, um psicopedagogo ou neuropsicopedagogo para atendimento a esse público de aluno específico.

7. PRÁTICA PROFISSIONAL

Segundo o Parecer CNE/CEB Nº16/99, na educação profissional não deverá haver dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional. Assim sendo, a prática se configura não como situações ou momentos distintos, mas como elemento que constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporado no Plano de Curso, como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado.

Assim, considerando o Artigo 21 da Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012, que, ao tratar da prática profissional, afirma: “a prática profissional deve estar continuamente relacionada aos fundamentos científicos e tecnológicos, deve ainda ser orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente”.

Nesse sentido, a prática profissional será desenvolvida, ao longo de todo o curso, através de situações de vivência, aprendizagem e trabalho tais como:

- Estudos de caso;
- Pesquisas individuais e em equipes;
- Projetos de pesquisa e/ou intervenção;
- Projetos de extensão;
- Congressos;
- Seminários;
- Semanas de estudo;
- Monitorias;
- Visitas técnicas;
- Simulações de situações problemas;
- Organização de feiras e eventos;
- Aulas práticas em laboratórios;
- Estágio não-obrigatório.

Para tanto faz-se necessário a **parceria com a Fundação Nacional de Saúde** para formalizar **convênio com os hospitais, clínicas e laboratórios em Oeiras**, para que os alunos possam realizar visitas técnicas, aulas práticas, estudos de caso.

8. ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO

Segundo o Art. 2º da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estágio poderá ser obrigatório ou **não obrigatório**, conforme determinações das diretrizes curriculares e do Projeto Pedagógico do Curso.

A mesma norma legal, no parágrafo segundo, do já citado artigo, define como estágio **não obrigatório** aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. **Dessa forma, quando realizado optativamente pelo educando, o estágio terá a carga horária de no mínimo 258 hs, isto é, vinte por cento da carga horária total do curso.**

O estágio não-obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, deverá ser celebrado com termo de compromisso entre educando, a parte concernente do estágio e a instituição de ensino, conforme o inciso II, do art. 3º da Lei nº 11.788/2008. O mesmo

cumprirá, ainda, as determinações do Regulamento de Estágios dos Cursos de Educação Profissional de Nível Médio do IFPI e a Legislação Específica.

As demais atividades deverão estar previstas no Planejamento de Ensino de cada docente e serão acompanhadas pelo Coordenador do Curso/Área. A validação dessas atividades dar-se-á mediante preenchimento de formulário específico que deverá ser entregue à Coordenação do Curso logo após a conclusão da atividade.

1. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O direito de aproveitamento de estudos aos portadores de conhecimentos e experiências é assegurado pela Legislação Brasileira, por meio do exposto no artigo Art. 41 da Lei nº 9.394/96; no Art.7º da Resolução CNE/CEB nº 1, de 03/02/05; nos artigos 35 e 36 da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro 2012.

Destarte, os conhecimentos e experiências adquiridos fora do Instituto Federal de Educação do Piauí, inclusive no âmbito não formal, podem ser aproveitados mediante a avaliação com vistas à certificação desses conhecimentos que coincidam com componentes curriculares integrantes do Curso de Nível Médio Concomitante em Agente Comunitário de Saúde, nas modalidades presencial ou a distancia .

De acordo com a Lei nº 9394/96, “o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” (art. 41). [\(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008\).](#)

Diante do exposto, poderão ser aproveitados conhecimentos adquiridos:

- Em qualificações profissionais ou componentes curriculares de nível técnico concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Em cursos destinados a formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante; ou,

- Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Sobre a mesma matéria, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio orientam que:

Art. 35

A avaliação da aprendizagem utilizada para fins de validação e aproveitamento de saberes profissionais desenvolvidos em experiências de trabalho ou de estudos formais e não formais, deve ser propiciada pelos sistemas de ensino como uma forma de valorização da experiência extraescolar dos educandos, objetivando a continuidade de estudos segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos. (Res.CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012)

O aproveitamento de conhecimentos formais será realizado através de análise do histórico escolar do aluno e plano de curso da disciplina no qual será observada a compatibilidade de carga horária e conteúdos. Quanto aos conhecimentos não-formais, será realizada uma avaliação teórico-prática elaborada por uma banca examinadora constituída para este fim.

2. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A proposta pedagógica do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- Consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- Disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- Adoção de estratégias cognitivas e meta cognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- Adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- Discussão dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas;
- Observação das características dos alunos, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador-cidadão, com vistas à (re)construção do saber escolar.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB Lei nº 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

Os instrumentos escolhidos para a avaliação devem atender às exigências do mercado de trabalho globalizado, uma vez que atualmente os recursos tecnológicos são

cada vez mais avançados, flexíveis e dinâmicos, contendo critérios suficientes e organizados que permitam estabelecer mecanismos capazes de resgatar os aspectos mais importantes da experiência e participação de todos os elementos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. A formação cidadã do aluno, formação geral, também deve ser componente relevante a ser considerada na avaliação da aprendizagem.

- **Crerios de avaliaão da aprendizagem aplicados aos alunos do curso**

Neste Projeto Pedagógico de Curso, considera-se a avaliaão como um processo contnuo e cumulativo. Nesse processo, sã assumidas as funões diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciênciã das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificaão da aprendizagem, levando em consideraão o predomíniã dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

10.1 Desenvolvimento do processo de avaliaão

A avaliaão serã feita por meio de provas, produão científica, atividades, participaão em fóruns, chats, estudos de caso e pesquisa da prátiã.

O resultado final do aproveitamento nas disciplinas do Curso é expresso por meio de notas graduadas de zero a dez, permitida a fraão decimal.

A avaliaão da aprendizagem dos cursistas em cada disciplina levarã em consideraão os seguintes critérios:

I – apuraão da frequênciã às aulas ou às atividades na modalidade a distância previstas;

II – atribuião de notas em instrumentos de avaliaão da aprendizagem. Para a avaliaão de aprendizagem ficam estabelecidas notas numéricas, obedecendo-se a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo a média para aprovaão em cada disciplina igual a 7,0 (sete);

III – obtenão da média de cada disciplina serã composta da atribuião de 50% na nota obtida na prova presencial e de 50% obtido na realizaão de atividades on line,

conforme tabela abaixo:

ATIVIDADES	FREQUENCIA (%)
PROVA PRESENCIAL	50%
FÓRUM NO AVA	20%
TAREFA DE AUTOCORREÇÃO	30%
TOTAL	100%

IV – será considerado reprovado por falta, o aluno que deixar de frequentar mais de 25% da carga horária total presencial de uma disciplina ou não realizar o mesmo percentual das atividades propostas, ou que, no somatório das cargas horárias presencial e a distância, não obtenha 75% de carga horária total de uma disciplina ou atividade;

V - A frequência exigida será de 75% da carga horária prevista para cada disciplina, controlada a partir de chamada nominal durante os encontros presenciais e das atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem e das ferramentas de interação da Web, conforme frequência abaixo:

ATIVIDADES	FREQUENCIA (%)
ENCONTRO PRESENCIAL	50%
FÓRUMS NO AVA	25%
TAREFA DE AUTOCORREÇÃO	20%
CHAT/WEBCONFERÊNCIA	5%
TOTAL	100%

VI – O controle da frequência dos alunos nas aulas presenciais será feito pelo professor ministrante da disciplina, com o auxílio da Coordenação do Curso. Já o controle de participação nas atividades de EaD será feito, exclusivamente, pelos docentes e tutores a distância, os quais atribuirão as horas de efetiva participação de cada aluno nas atividades propostas a partir da EaD.

VII- Para aqueles que obtiverem média menor que 7,0 pontos, ao final de cada serão oferecidos estudos de recuperação contínua e paralela, mediante uma nova avaliação, com valor de 0 a 10, desde que tenha 75% de frequência nas aulas da disciplina em recuperação e tenha realizado as avaliações propostas pelo professor.

VIII- Após o cumprimento de todos os componentes curriculares do núcleo, haverá uma prova final (PF) destinada ao aluno que obtiver média igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 , com 75% de frequência do total da carga horária prevista. O exame será constituído de uma prova presencial envolvendo conteúdo total do componente curricular.

Se, após esse exame, o aluno não demonstrar a aquisição das competências definidas neste Projeto Pedagógico, ele será retido, devendo refazer seus estudos.

10.2 Critérios de avaliação da prática docente:

A práxis docente deverá estar voltada ao cotidiano. O professor deverá propor e examinar, junto com o coordenador técnico e alunos, os objetivos, conteúdos e atividades que serão desenvolvidos na prática, delimitando os temas e os objetivos a serem alcançados no processo de assimilação das competências e no desenvolvimento das habilidades.

A avaliação da prática docente será realizada através dos resultados obtidos na avaliação das estratégias de ensino, que indicará o grau de desenvolvimento obtido com os objetivos propostos no projeto político pedagógico da Instituição, no projeto do curso e no plano de disciplina, ocorrendo de forma sistemática, através de uma comissão composta para esse fim, serão aplicados questionários aos alunos, verificando o desempenho do professor.

Com os dados, os coordenadores dos cursos farão as avaliações dos resultados e readaptações que julgarem necessárias àqueles professores que apresentarem desempenho insuficiente diante dos critérios estabelecidos pela comissão de avaliação e pela proposta pedagógica do IFPI, visando qualidade no processo ensino-aprendizagem.

3. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

De acordo com as orientações contidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a instituição ofertante, deverá cumprir um conjunto de exigências que são necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação profissional com vistas a atingir um padrão mínimo de qualidade. O Quadro 3 a seguir apresenta a estrutura física necessária ao

funcionamento do Curso Técnico Concomitante em Agente Comunitário de Saúde - Mediotec , na modalidade a distância.

Quadro 3 – Quantificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
01	Sala de aula para cada grupo de 50 cursistas para as atividades presenciais	Com 50 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual ou Projeções	Com 70 cadeiras, projetor multimídia, computador, televisor e DVD player.
01	Auditório	Com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.
01	Laboratório de Informática	Com 20 máquinas, softwares e projetor multimídia e tela de projeção

BIBLIOTECA

A Biblioteca deverá operar com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca.

O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação, reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Atendimento às Pessoas com Deficiência

Para a inclusão de pessoas com deficiência, o IFPI deve possuir rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos e elevadores de acesso aos pavimentos que se fizerem necessários, assim como atendimento às necessidades próprias das pessoas portadoras de deficiências, observando àquelas que tenham condições de permanecer na escola regular, com aproveitamento satisfatório da aprendizagem, conforme Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.

12. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Os Quadros 4 e 5 descrevem, respectivamente, o pessoal docente e técnico-administrativo, necessários ao funcionamento do Curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente ao Quadro 1.

Quadro 4 – Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	
Professor-Pesquisador	Qtde./disciplinas
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos.	19
Tutoria Presencial	Qtde./turmas
Profissional com formação de nível médio com comprovação de um ano de atividade de magistério.	01
Total de Pessoal docente	20

Quadro 5 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Equipe Técnica	
Coordenador de Curso	01
Coordenador de Tutoria	01
Psicólogo	01
Pedagogo	01
Psicopedagogo ou Neuropsicopedagogo	01
Descrição	Qtde./Polo
Coordenador de Polo	01
Total de técnicos-administrativos necessários	06

5. CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS

Após a integralização dos componentes curriculares do Curso Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde será conferido o Diploma de **Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde** ao egresso, pelo IFPI e a certificação do ensino médio, dada pela escola na qual o estudante cursou o ensino médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. **Lei n. 9.394, de 20/12/1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. **Lei n. 11.892, de 29/12/2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. **Lei n. 11.650, de 05/10/06** Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

_____. **Lei n.13.415/17 de 16/02/17** , No tocante à Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), com foco na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Formação Técnica e Profissional.

_____. **Orientações Gerais.** DASE/SEB/MEC e CEAD/FE/UNB. Brasília, 2005.

_____. **Parecer CEB/CNE n. 15/98 e da Resolução CEB/CNE n. 03/98.** Trata das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio.

_____. **Parecer CEB/CNE n. 01/99 e da Resolução CEB/CNE n. 02/99.** Trata das Diretrizes para o Curso Normal de Nível Médio.

_____. **Parecer CEB/CNE n. 11/00 e Resolução CEB/CNE n 01/00.** Trata das Diretrizes Curriculares de Jovens e Adultos.

_____. **Parecer CEB/CNE n. 36/04 que propõe reformulação da Resolução CEB/CNE, n. 01/00.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Parecer CEB/CNE n. 16/99 e da Resolução CEB/CNE n. 04/99.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico.

_____. **Parecer CEB/CNE n. 41/02.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a etapa da educação básica no Ensino Médio.

_____. **CEB/CNE a 35/03 e da Resolução CEB/CNE n. 01/04.** Trata da organização e realização de estágio de alunos do ensino médio e da educação profissional.

_____. **Parecer CEB/CNE n. 16/05.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 01/2004.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 01/2005.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto n. 5.154/2004. Brasília/DF: 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 06/2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 39/2004.** Trata da aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Brasília/DF: 2004.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 11/2008.** Trata da proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília/DF: 2008.

_____. **Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015** Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec

CIAVATTA, Maria; Ramos, Marise (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente.** 33ed. São Paulo: Paz e Vida, 1999.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. (orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Galdêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva.** São Paulo: Cortez, 1984.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1.979.

INSTITUTO FEDERAL DO Piauí (IFPI). **Projeto político-pedagógico do IFPI.**

_____. **Organização Didática do IFPI.**

KUENZER, Acácia. **Pedagogia da Fábrica: As Relações de Produção e a Educação do Trabalhador.** Cortez 1986.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Eixos tecnológicos e mudanças na organização da educação profissional e tecnológica. *Linhas Críticas (UNB)*. v. v. 16, p1-22, 2010.

MEC/SETEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.** Disponível em www.mec.gov.br (Acesso em 01/07/2012). Brasília/DF: 2008.

NOGUEIRA, J.M., MEDEIROS, M. A.A., ARRUDA, F.S.T. **Valoração econômica do Meio Ambiente: Ciência ou Empirismo?** Brasília: Cadernos de Ciência e Tecnologia. V. 17, n. 2. p. 81-115, mai/ago. 2000.

Qualidade: A. Ramos Pires 2004 Edições Silabo.